

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

Modalidade Da Licitação:	PREGAO N.º: 025/2016
Objeto:	Contratação de locação dos módulos sistemas PPA, LDO e LOA, sistema de execução orçamentária, contábil e financeira, sistema de balanço geral e tesouraria, sistema de patrimônio e de recursos humanos e portal da transparência para o Município de Oliveira de Fátima – TO.

Considerando o fato de que a Assessoria Jurídica cumpre papel extremamente relevante na análise dos certames públicos, não se deve confundir como órgão de controle, se sua função primordial é **preventiva**, deve atuar de maneira **orientativa**.

Considerando a redação do **Artigo 38¹ da Lei n.º 8.666/93** que determina ser obrigatório parecer jurídico **APENAS** para a análise do edital e minuta contratual, o que já consta nos presentes autos, esta assessoria emite orientação para encaminhar os autos para o controle interno do município, para emissão de análise final, e verificação da regularidade quanto a fase externa do certame.

S.M.J, é o parecer.

Oliveira de Fátima – TO, 11 de janeiro de 2017.


ZENO VIDAL SANTIN

OAB/TO 279B

¹ “art. 38, parágrafo único - As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.